

Autor:

Ana Arez

Título:

O Palácio e a Quinta do Monteiro-Mor no Paço do Lumiar

Resumo:

A sede do Museu Nacional do Teatro encontra-se instalada desde 4 de Fevereiro de 1985 no Palácio do Monteiro-Mor e suas dependências situando-se estes edifícios no denominado, desde 23 de Dezembro de 1976, Parque Botânico do Monteiro-Mor, na freguesia do Lumiar em Lisboa. A zona deste parque onde se situa o Museu Nacional do Teatro (o edifício principal e outras casas anexas), pertenceu no século XVI a uma propriedade do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas e a terras forras de Isabel Machada.

Através da leitura do tombo mandado realizar pelo referido Mosteiro em 1545, se verifica que a propriedade estava situada «junto do Lumiar» e que a Abadessa e as religiosas a «haviam da Igreja freguesia do dito lugar».

Tê-la-iam talvez recebido quando D. Dinis, a 5 de Outubro de 1318, doa a Igreja de S. João do Lumiar com todo o padroado, frutos e rendas da dita igreja ao seu Mosteiro de Odivelas ou numa outra possível doação.

A 13 de Maio de 1545, sendo Isabel Machada a foreira da propriedade do Mosteiro esta foi medida e demarcada. A referida propriedade teria uma área aproximadamente de 1,5 hectare. Na quinta havia três tanques, um ribeiro, um pomar com árvores de espinho e sem espinho, vinte e nove oliveiras, muitas outras árvores, terras de pão, um roseiral, parreiras numa latada armada sobre pilares de tijolo que teria o comprimento de «um jogo de bola» e uma casa com cerca de 300 m² (tendo uma torre de um só piso, com uma sala forrada de madeira de carvalho, mais três divisões e cozinha). Contígua a esta casa uma outra mais pequena mas que pertencia à família de Isabel Machada desde 1478.

O aforamento da quinta foi vendido por Isabel Machada, com autorização das senhorias directas, pouco depois da realização deste tombo de 1545, uma vez que a 8 de Fevereiro de 1556, já o Fidalgo da Casa Real Lourenço Vieira requeria à Abadessa e religiosas do Mosteiro que lhe fizessem uma nova escritura de aforamento por três vidas, uma vez que ele pretendia fazer benfeitorias na propriedade.

Lourenço Vieira e seus descendentes ficaram com a propriedade do Lumiar durante pelo menos 273 anos. Foram seus proprietários: Lourenço Vieira, D. Mariana Antunes de Torres, Manuel Correia Mancelos, D. Maria Clara de Mancelos Côrte-Real, D. António Luís de Beja Noronha, D. Teresa Antónia de Castro e Beja, D. António José de Almeida Beja e Noronha Garcês e Horta (5º Conde das Galveias), D. Francisco de Almeida Melo e Castro (6º Conde das Galveias), D. António Francisco Lobo de Almeida Melo de Castro Saldanha e Beja (7º Conde das Galveias).

Como se encontram aí e quem foram os Monteiros-Mores e seus familiares que tiveram apenas durante 87 anos o útil senhorio desta propriedade, de cujo cargo de “Monteiro-Mor” tomou o nome até aos nossos dias, não só a área desta antiga quinta dos Condes das Galveias, mas o total dos 11 hectares adquiridos pelo Estado em 1976, à Senhora D. Isabel Palmela e designados desde então como Parque Botânico do Monteiro-Mor?

É sabido que a partir do século XVIII aqui morou o Monteiro-Mor D. Henrique de Noronha, casado com D. Josefa de Melo o qual pelo casamento herdou o cargo e que o segundo marido de D. Josefa, D. Fernão Teles da Silva teria adquirido, em 1741, o útil senhorio da propriedade, com suas casas e quinta e que teria adaptado as casas. Aí passam a residir os Monteiros-Mores do Reino ou seus familiares, que continuavam a pagar foros à

família dos Condes das Galveias. Esses foros vão ser remidos em 1829, ao 7º Conde das Galveias, adquirindo assim o Conde da Póvoa a plena posse da propriedade.

A casa pertenceu depois aos Monteiro-Mores: D. Francisco de Melo, D. Fernando José de Melo e D. Francisco José Luís de Melo que casou em 1788, e que faleceu um ano depois sem deixar descendentes.

Passa então a quinta para um tio do anterior Monteiro-Mor - D. José Maria de Melo, Bispo do Algarve e Inquisidor-Mor que, a 20 de Julho de 1815, mandou que se vendesse por sua morte, entre outras a sua Quinta do Lumiar, para que o produto dessas vendas fosse para um fundo de subsistência do Seminário do Algarve que ele tinha fundado.

No entanto ou porque a família contestou essas disposições ou porque adquiriram a propriedade o certo é que, após 1815, a Quinta do Lumiar ainda se encontra na família. Em 1822 quem paga o imposto da Décima é um primo deste último, o Patriarca D. Carlos da Cunha (irmão do 1º Marquês de Olhão). A partir do ano de 1829 a propriedade já é atribuída ao 1º Conde da Póvoa, Barão de Teixeira, D. Henrique Teixeira de Sampaio casado com D. Luísa Maria Rita Baltasar de Noronha. As casas porém encontrar-se-ão devolutas até à morte do referido Conde em 27.III.1833.

De 1833 a 1837 a Quinta do Lumiar pertenceu ao seu filho D. João Maria de Noronha Sampaio (1826-1837). Em 1837, por morte deste último, veio a propriedade a recair na sua irmã D. Maria Luísa de Sampaio Noronha que casara a 3 de Julho de 1836, com D. Domingos António Pedro de Sousa Holstein (Marquês de Faial, Conde de Calhariz, mais tarde 2º Duque de Palmela).

Só três anos depois de terem herdado esta propriedade é que os Marqueses de Faial adquirem a 6 de Outubro de 1840 as casas nobres e a quinta contígua para leste que pertencia à viúva do 6º Marquês e às filhas e netas do 4º Marquês de Angeja, juntando-as à propriedade herdada. Constituiu-se assim uma única e maior propriedade a que a Família Palmela chamava “Quinta do Lumiar” e o público “Quinta dos Senhores Duques de Palmela”. O Palácio do Monteiro-Mor foi no século XIX uma das residências preferidas dos 3.ºs Duques de Palmela. No século XX também residiu no antigo Palácio do Monteiro-Mor a sua penúltima proprietária, D. Maria José Sousa e Holstein Beck (Marquesa de Tancos), antes de ir viver para o Palácio Angeja-Palmela. Foi então o Palácio do Monteiro-Mor alugado por pouco tempo para residência do Ministro Plenipotenciário da Irlanda, e depois para residência do Encarregado de Negócios de Marrocos, entre finais de 1958 e Março de 1969, altura em que ardeu.

Os edifícios da antiga Quinta do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas foram pois alterados por várias vezes entre os séculos XVI e XX.

Na planta do Lumiar e Ameixoeira, levantada em 1827 pelo brigadeiro Maximiano José da Serra a casa aí assinalada, designada como Palácio do Marquês de Olhão apresentava uma planta em U.O edifício que se vê numa gravura de finais do século XIX é já bem diferente e semelhante no exterior ao que hoje lá se encontra. Comprado pelo Estado o que restava deste edifício, em 1975, em conjunto com o Palácio Angeja/Palmela, outros pequenos edifícios e 11 hectares dos cerca de 50 da Quinta do Lumiar, à Senhora D. Isabel Sousa e Holstein Campilho, assim ficou até 1982.

A partir daí projectaram-se obras no edifício orientadas pelo arquitecto Joaquim Cabeça Padrão com a colaboração museográfica do Dr. Vítor Pavão dos Santos destinadas à instalação do Museu.

Entre 1982 e 1985, foi reconstruído o edifício com novo interior: grandes espaços de exposição, arquivo e biblioteca, reservas, auditório, gabinetes, cafetaria/restaurante com a finali-

dade de aí instalar o *Museu Nacional do Teatro*, o qual foi inaugurado a 4 de Fevereiro de 1985.